



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 07, pp. 38332-38335, July, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19178.07.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

INTEGRALIDADE E DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COM INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: EXPERIÊNCIA EM UMA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM DO PARÁ

*¹Alizandra Mendonça Reis, ¹Maria Inês Vieira de Oliveira Lima, ¹Hyslla Maria de Oliveira Barros, ¹Ivone Pereira Peixoto, ²Karen Dayana Pereira Peixoto, ¹Elizabeth Nascimento Portilho Saraiva, ¹Lucas Santos Neirão and ¹Raiane Lira dos Santos

¹Discente de Enfermagem. Centro Universitário do Estado do Pará. Belém-PA, Brasil

²Discente de Direito. Centro Universitário do Estado do Pará. Belém-PA, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 11th April, 2020

Received in revised form

28th May, 2020

Accepted 06th June, 2020

Published online 30th July, 2020

Key Words:

Educação em Saúde;

Prevenção Primária; Direitos civis.

*Corresponding author:

Alizandra Mendonça Reis,

ABSTRACT

Descrevemos uma experiência que integra conhecimentos teóricos e práticos vividos através de um projeto de extensão sobre a realização de uma ação educativa como medida de prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis e orientação sobre os direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde no Brasil. Estudo ocorreu em uma Unidade Municipal de Saúde localizada no bairro do Guamá, no município de Belém-Pará. Participaram das ações educativas usuários do serviço de saúde Guamá. Conclui-se que a ação favoreceu para a prática de prevenção e promoção da saúde da comunidade em estudo e esclarecimento de seus direitos perante a lei.

Copyright © 2020, Alizandra Mendonça Reis et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Alizandra Mendonça Reis, Maria Inês Vieira de Oliveira Lima, Hyslla Maria de Oliveira Barros et al. "Integralidade e direitos dos usuários do sistema único de saúde com infecções sexualmente transmissíveis: experiência em uma unidade municipal de saúde de Belém do Pará", *International Journal of Development Research*, 10, (07), 38332-38335.

INTRODUCTION

Ao abordar as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), é sabido que estas são causadas por bactérias, vírus, fungos, protozoários dentre outros microrganismos. O Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde informa que estas infecções são transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal), podendo ser transmitidas ainda pela mãe para o seu filho através da placenta (vida intrauterina), no momento do parto e/ou através do aleitamento materno. Outro meio de transmissão não muito comum é o não sexual, através contato de mucosas ou pele não íntegra com secreções corporais contaminadas (Brasil, 2018). O Boletim da Organização Mundial da Saúde (OMS) vem mostrando em uma pesquisa realizada em 2016 que, entre homens e mulheres de 15 a 49 anos, houve 127 milhões de novos casos de clamídia. Ressalta ainda que no mesmo ano, foram 87 milhões

de casos de gonorreia, 156 milhões de tricomoníase e 6,3 milhões de sífilis (OMS, 2020). Corroborando com os dados epidemiológicos das ISTs pela OMS, observa-se que elas têm um impacto profundo na saúde de adultos e crianças no mundo. Se não forem tratadas, podem propiciar efeitos graves e crônicos à saúde, dentre eles: as doenças neurológicas e cardiovasculares, infertilidade, gravidez ectópica, natimortos e aumento do risco de HIV. Infelizmente pode-se dizer que essas infecções também estão associadas a níveis significativos de estigma e violência doméstica, o que pode estar contribuindo ainda com o caso crescente de sífilis o que teve caráter contributivo por 200 mil natimortos e óbitos de recém-nascidos em 2016, tornando-se uma das principais causas de perda de bebês no mundo (OMS, 2020). É destacado ainda, que os portadores de infecções devam ter garantido o seu diagnóstico e tratamento a interrupção da cadeia de transmissão. Desta forma, as Unidades de Saúde na Atenção Básica (AB) devem garantir ações de saúde no âmbito individual e coletivo, voltados para a promoção, proteção da

saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e a manutenção da saúde (Brasil, 2017). A integralidade traz em seu sentido um conjunto de características do sistema de saúde, das organizações das práticas, dos desafios das construções da justiça, da democracia e da efetividade do acesso à saúde, de acordo com as necessidades de cada um. Entretanto, esse é exatamente um dos grandes desafios do enfrentamento dos portadores/usuários do sistema com IST/HIV e sua efetivação na Atenção Básica (Gonzaga e Ferreira, 2017). O Brasil possui legislação específica quanto aos grupos mais vulneráveis ao preconceito e discriminação. Pode-se dizer que o preconceito interfere diretamente com a relação social, no qual é considerado como a relação com o outro de maneira diferenciada, levando a desvalorização da identidade do outro. Tal fato, deve ser trabalhado em todas as instâncias independente da classe social, priorizando este trabalho em escolas como iniciativa, para então minimizar, combater e/ou cessar tais atitudes (Maffaccioli e Oliveira, 2018). A educação em saúde é um método que procura possibilitar aos indivíduos conhecimentos e habilidades que os ajudem auxiliem nas escolhas sobre sua saúde, instigando a consciência crítica, favorecendo assim, os fatores que influenciam a saúde, maior autonomia e oferecendo subsídios que os encorajem a modificar suas condutas, fundamentando-se na interação respeitosa da cultura popular com os saberes técnicos científicos (Falkenberg *et al.*, 2017). Por isso, trabalhar na educação em saúde é um aspecto primordial na prevenção e no tratamento das infecções sexualmente transmissíveis e HIV, é de extrema relevância que os profissionais ou acadêmicos de enfermagem orientem os usuários sobre a importância do uso de preservativo, como uma barreira contra essas infecções. É evidente que a prevenção é essencial para o controle do HIV/AIDS e outras infecções, desta forma, o uso de preservativo em todas as relações sexuais é necessário e essencial, independente da orientação sexual do indivíduo (Silva *et al.*, 2018). Para tanto, se busca ainda discutir os direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) na abordagem a saúde. Diante da Constituição Federal (CF), a qual pode-se dizer que deu origem ao Sistema Único de Saúde através de várias lutas dos movimentos populares e do controle social brasileiro. O SUS foi criado em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, que determina que é dever do Estado garantir saúde a toda a população brasileira e em seu Art.5º no Caput da Constituição Federal, descreve que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (Brasil, 1988). Em vista do exposto, este relato objetivou relatar uma experiência de educação em saúde, desenvolvida pelos autores deste artigo em atividade de um projeto de extensão multidisciplinar, voltada para a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, os direitos dos usuários do SUS, buscando minimizar a disseminação dessas infecções, esclarecendo a população sobre seus direitos e a integralidade do cuidado nas Infecções Sexualmente Transmissíveis. A relevância deste relato justifica-se por conduzir contribuições para novas formas de educar em saúde, usando para isso abordagens didáticas de fácil compreensão.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência. O estudo surgiu da iniciativa que converge para as abordagens teórico-metodológicas das medidas de prevenção

e dos direitos, com enfoque em teoria e a aproximação com as práticas. Julgando pertinente descrever a experiência que integra conhecimentos teóricos e práticos vividos através de um projeto de extensão, em que busca solidificar o aprendizado científico adquirido através dos componentes curriculares discutidos/apresentados na academia com abordagem para a formação. Para melhor escolha do tema e realização das ações educativas, foram revisados diversos temas em questão nas bases científicas, tais como PubMed, Scielos e manuais do Ministério da Saúde. Tal revisão, teve como finalidade maior aprofundamento dos temas, assim como o entendimento das questões que seriam mais relevantes ao público e assim fossem incluídas na dinâmica. O cenário do estudo foi uma Unidade Municipal de Saúde (UMS) localizada no bairro do Guamá, no município de Belém-Pa. As Unidades de Saúde são caracterizadas como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo de uma unidade de saúde é de atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhamento para outros serviços, como emergências e hospitais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando esse requisito deve-se atender o que vem sendo preconizado na Constituição federal que é o direito a saúde e atuação nas medidas de prevenção das doenças através das ações educativas em saúde o que foi desenvolvido com o projeto de extensão nesta unidade de saúde por ser campo de prática dos membros que compõem o projeto de extensão institucionalizado. Os membros do projeto de extensão eram acadêmicos de: enfermagem, nutrição, odontologia, medicina e direito do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). O projeto de extensão tem durabilidade de 12 meses e a atividade que motivou o relato de experiência foi desenvolvida em abril de 2019. Fizeram parte das ações educativas usuário do Sistema Único de Saúde que frequentavam o serviço de atenção básica voltada para a saúde e que residissem na área de abrangência das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Guamá. As ações de educação em saúde sempre eram agendadas previamente e realizadas em sala reservada/reunião na unidade, com duração de aproximadamente 50 a 60 minutos. Considera-se que os encontros foram importantes para a integração de toda equipe e um maior envolvimento dos membros (docentes e discentes) do projeto de extensão e da comunidade, família e sociedade. As ações educativas na unidade de saúde foram realizadas com usuários entre 18 e 65 anos. Os executores das ações educativas utilizaram para realizá-las tecnologias leves em saúde e dinâmica em grupo, dos quais se evidenciam nove membros do projeto de extensão multidisciplinar institucionalizado. As ações educativas foram realizadas pelos membros do projeto de extensão. Para realização dessa atividade utilizou-se a observação ativa e diálogos informais com discentes, docentes, profissionais e comunidade, elaborou-se um roteiro construído a partir do referencial teórico-metodológico. O instrumento/roteiro e a dinâmica de grupo nortearam todas as etapas das ações educativas desde a captação até o desenvolvimento das atividades. Os temas abordados pelos membros do projeto de extensão foram selecionados a partir das demandas elencadas pelos principais problemas diagnosticados durante os momentos de observação da realidade, e ao desenvolver as práticas do conteúdo disciplinar em saúde coletiva no sexto período. Os principais temas elencados foram: gravidez na adolescência/sexualidade, saúde do homem e da mulher, infecções sexualmente

transmissíveis (IST), doenças crônicas não transmissíveis (hipertensão arterial e diabetes) e cuidados higiênicos (pessoal). Desta forma a educação em saúde é um dos pilares da prática de prevenção e promoção à saúde (Falkenberg *et al.*, 2017). No artigo nº 196 da Carta Magna, define a saúde como direito de todos e dever do Estado, a ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção, recuperação e porque não o conhecimento de seus direitos a saúde e ao tratamento necessário para cada particularidade (Borges e Fonseca, 2017). A extensão tem como principal objetivo proporcionar a troca de saberes e práticas científicas-acadêmicas e popular, devidamente sistematizados, tendo como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (Paula *et al.*, 2019). A preparação das atividades foram realizadas e discutidas com os professores responsáveis pelo projeto, além dos discentes envolvidos no projeto, após esta etapa optou-se em abordar as Infecções Sexualmente transmissíveis considerando o que vem sendo evidenciado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em que as IST possuem aumento gradativamente no mundo desde a década de 1990 (Ciriaco *et al.*, 2019).

Após a escolha do tema partiu-se para a elaboração da tecnologia leve do tipo: cartazes e folder com imagens ilustrativas e autoexplicativas voltadas para pessoas de baixa escolaridade. A grande preocupação voltou-se para as informações abordadas de maneira clara, precisa e de fácil entendimento, baseadas em artigos sobre o tema em questão, que foram distribuídos para todos os participantes para melhor compreensão sobre as infecções sexualmente transmissíveis. O outro momento muito importante foi o preparo para a realização da dinâmica em grupo, sendo utilizado água, extrato de repolho roxo (ácido base), vinagre e copos descartáveis, para facilitar o entendimento dos participantes. O extrato de repolho roxo é um indicador ácido-base natural (já que é proveniente de um vegetal e não de um produto químico), isto é, ele muda de cor informando se o meio está ácido ou básico. A substância presente nas folhas de repolho roxo que o faz mudar de cor em ácido e base é a antocianina (Aquino *et al.*, 2016). Além do repolho, é utilizado água e um liquidificador para misturar os ingredientes. Ao iniciar a dinâmica foram colocados doze copos descartáveis sobre uma mesa, organizados em duas fileiras, alguns continham somente água, já outros continham 50ml de uma solução de vinagre (ácido) diluído com 30ml de água (para minimizar odor do vinagre). A distribuição do vinagre foi feita de maneira aleatória entre os doze copos e antes da chegada dos participantes. No início da dinâmica, pediu-se que os participantes escolhessem um copo contendo o líquido dentro. Posteriormente, os participantes da pesquisa orientaram os usuários a misturar o líquido contido em seus copos entre si, sem saber e em quais continham vinagre e em quais continham apenas água.

A dinâmica objetivou fazer uma analogia associando cada copinho como sendo seu corpo que se relacionava sexualmente com diferentes pessoas, ato representado por misturar o conteúdo líquido de seus respectivos copos. No segundo momento da dinâmica cada participante fez uma reflexão a partir da mudança de coloração da água no interior do copo, adicionado em cada copinho gotas de extrato de repolho roxo, um indicador ácido-base, em que resultou na mudança

instantânea na coloração da solução. A reflexão partiu da atenção dada aos copos com coloração rosa, levando a pensar que uma pessoa pode estar infectada sem apresentar qualquer mudança no início da doença, isso não a afasta da possibilidade de estar infectado e passando por alterações no seu interior. Desse modo, foi evidenciado através dos relatos dos participantes que mesmo sem alterações é necessário atentarem para promoção e prevenção destas doenças. Nos quais, usuários que vivenciam e convivem com o IST/AIDS são amparadas pela legislação, garantindo acesso à saúde pública, respeito à dignidade humana, dando visibilidade para garantir direitos, saúde, respeito, cidadania e equidade à população (Brasil, 2020). A partir dos resultados alcançados foi possível identificar características de integralidade, que pode ser entendida como bandeira de luta, como a proporção das práticas da saúde e sobre as formas organizacionais do processo de trabalho, além de englobar várias áreas do cuidado, bem como o acesso, a qualidade, as relações interpessoais e a autonomia da pessoa. Ressalta-se ainda, que o cuidado para se tornar integral, é necessário que o indivíduo seja compreendido em sua totalidade, abordando todos os aspectos de sua vida, como o biológico, sociais, econômico e psicológico (Gonzaga e Ferreira, 2017).

Assim, para que o profissional preste um cuidado integral, é necessário que o mesmo enxergue o usuário de maneira holística, englobando todo o contexto em que o paciente está inserido, a fim de prestar uma assistência adequada. Isto se adequa também às práticas de educação em saúde, onde o público muitas vezes é diversificado e a fala dos realizadores necessita se adequar para todos e de acordo com a realidade em que esses se encontram. Ressalta-se que como descrito na Lei 8080/90, que os usuários têm autonomia e liberdade para tomar as decisões relacionadas à sua saúde e à sua vida. Isso significa que qualquer pessoa pode consentir ou recusar, de forma livre, voluntária e com adequada informação prévia, procedimentos diagnósticos, terapêuticos ou outros atos médicos a serem realizados (art. 7º, III, da Lei 8.080/90) (Brasil, 1990). Constatou-se como limitação neste estudo a unidade municipal de saúde, onde foi realizada a ação educativa por não ter o hábito de praticar ações de educação em saúde agendadas com a comunidade, o que resultou em um baixo número de participantes nas ações. Logo, com um percentual de participantes abaixo do esperado, é evidente que o objetivo de educar pessoas em relação à saúde se fere ao notar que o que poderia ser um estímulo à adoção de boas práticas de saúde de toda uma comunidade, se restringe a um pequeno grupo de pessoas.

Considerações Finais

A realização das ações educativas possibilitou uma melhor aproximação dos membros do projeto de extensão institucionalizada com a equipe de saúde, usuários e a realidade vivenciada pelos usuários do SUS na Unidade de Saúde. Diante desse cenário, foi possível estimular a integralidade do cuidado à saúde e a adoção voluntária de mudanças de comportamento e seus direitos à saúde. Assim, ao realizar uma ação educativa busca-se ainda, esclarecer e ampliação de conhecimento no desenvolvimento de habilidades. Tornando a ação educativa um pilar para as medidas de promoção e prevenção e contribuindo para a formação, além do papel da academia como espaço capaz de favorecer estas medidas (Corsino *et al.*, 2018). O estudo possibilita tanto para o profissional quanto ao acadêmico da

área da saúde o incentivo a adoção de tecnologias inovadoras e de baixo custo como um pilar nas práticas de educação em saúde, sendo a dinâmica educativa uma facilitadora de compreensão dos conteúdos e disseminação de informações abordados durante a ação. Outro fator contributivo nas ações educativas foi trabalhar com estes usuários seus direitos, que apoiados nos princípios essenciais asseguram ao cidadão o direito básico ao ingresso digno nos sistemas de saúde, sejam eles públicos ou privados (Brasil, 2013).

REFERÊNCIAS

- Aquino AKS, Júnior CVS, Souza LM, Moreira DN, Santos MBH. 2016. Utilização do extrato de repolho roxo como indicador natural no estudo de substâncias ácidas e básicas presentes no nosso cotidiano. III CONEDU. Congresso Nacional De Educação; Out 05-07; Natal-RN.
- Borges GS, Fonseca AF. (2017). A judicialização das políticas públicas de saúde. REA, 16(189):75-4. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32195>>.
- Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 5º. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. 1990. Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2017). Atenção Básica. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/artigos/770-sistema-nacional-de-saude/40315-atencao-basica>>. Acesso em: 07 out. 2020.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2020) Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2020). Diagnóstico das IST. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist/diagnostico-das-ist>>.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2020). Direitos das PVHIV. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/direitos-das-pvha>>.
- Ciriaco NLC, Pereira LAAC, Júnior PHAC, Costa RA. (2019). A importância do conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) pelos adolescentes e a necessidade de uma abordagem que vá além das concepções biológicas. Revista Em Extensão, 18(1):63-0. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/43346>>.
- Corsino PKD, Nascimento VF, Lucieto GC, Hattori TY, Graça BC, Espinosa MM, Terças-Trettel ACP. (2018). Eficácia de ação educativa com reeducandas de cadeia pública de Mato Grosso sobre o vírus HPV. Revista Saúde e Pesquisa, 11(1), 115-126.
- Falkenberg MB, Mendes TPL, Moraes EP, Souza EM. (2017). Educação em Saúde e Educação na Saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Revista Ciência e Saúde Coletiva, 19(3):847-852. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014000300847&script=sci_abstract&tlng=pt>.
- Gonzaga, CB, & Ferreira, GN. (2017). Redes de Atenção à Saúde: Um Caminho na Garantia da Integralidade da Atenção no SUS. Revista Internacional De Debates Da Administração & Pública - RIDAP, 2(1), 12-26. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1270>>.
- Maffaccioli R, Oliveira DLLC. (2018). Desafios e perspectivas do cuidado em enfermagem a populações em situação de vulnerabilidade. Rev. Gaúcha Enferm. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472018000100702&lng=en>.
- Nery JAC, Sousa MDG, Oliveira EF, Quaresma MV. (2015). Infecções sexualmente transmissíveis na adolescência. Revista Residência Pediátrica, 5(3):64-78.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2019). A cada dia, há 1 milhão de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis curáveis. Organização Mundial de Saúde. Banco de Notícias. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5958:a-cada-dia-ha-1-milhao-de-novos-casos-de-infecoes-sexualmente-transmissiveis-curaveis&Itemid=812>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- Paula DPS, Gonçalves MD, Rodrigues MGJ, Pereira RS, Fonseca JRO, Machado AS, et al. (2019). Integração do ensino, pesquisa e extensão universitária na formação acadêmica: percepção do discente de enfermagem. REAS, (33):549. Disponível em: <<https://www.acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/549>>.
- Piedrahita LB, Moya LP, Zapata ICP, Román VB. (2017). Concepto sociocultural del VIH y su impacto en la recepción de campañas de promoción de la salud em Medellín. Colômbia. Rev. Ciências de la Salud, 15(1):59-70.
- Santos FAPS, Enders BC, Santos VEP, Dantas DNA, Miranda LSMV. (2016). Integralidade e atenção obstétrica no Sistema Único de Saúde (SUS): reflexão à luz da teoria da complexidade de Edgar Morin. Revista Escola Anna Nery, v. 20, n. 4
- Silva MBF, Barbosa AS, Alencar RM, Pinto FRM, Ponte KMA. (2018) Nuances do Cuidado Sexual: o enfermeiro como multiplicador de saberes em ambiente escolar. Rev. Interdisciplinar, 11(1):115-123.
